

Assunto: Apurar suposta ocorrência de poluição sonora praticada pelo estabelecimento "Bar do Pipa".

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, converteu o julgamento em diligência, conforme o art. 27, §3º, inciso I da Resolução n.º 07/2019 do Colégio de Procuradores de Justiça, devendo os autos serem remetidos à Promotoria de Justiça de origem para que cumpra as diligências descritas no voto do Conselheiro Relator.

1.2.3. Processo nº 000397-073/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará, SINTEPP

Requerido(s): Município de Rurópolis, Secretaria Municipal de Educação de Rurópolis

Origem: PJ de Rurópolis

Assunto: Apurar conduta dos servidores públicos vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Rurópolis e ao Município de Rurópolis que estariam negando acesso à prestação de contas de recursos oriundos do FUNDEB.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme artigo 23, I da Lei n.º 8.429/92.

1.2.4. Processo nº 000081-340/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Banco Itaú

Origem: 11ª PJ de Santarém

Assunto: Acompanhar a promoção de reformas, adaptações, melhorias e acessibilidade necessárias para utilização, com segurança e autonomia, por pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida do Banco Itaú.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.5. Processo nº 000208-151/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará, Walter Elias Melo Vieira Uliana

Requerido(s): Geraldo Bruno da Costa Andrade

Origem: 6ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possível acúmulo indevido de cargos públicos por Geraldo Bruno Costa de Andrade na Secretaria de Estado de Educação e na Universidade de Estado do Pará.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do CSMP.

1.2.6. Processo nº 000783-940/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará, Cristiani Almeida Santana

Requerido(s): Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Origem: 4ª PJ dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos

Assunto: Apurar suposta irregularidade em processo seletivo simplificado para contratação temporária de professores na Secretaria de Estado de Educação. O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ.

1.2.7. Processo nº 000016-066/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em Apuração

Origem: PJ de Melgaço

Assunto: Apurar a regularidade do procedimento de licenciamento ambiental do Projeto Fazenda Tonelada bem como sua execução conforme estabelecido em licença ambiental.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pela NÃO RATIFICAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, devendo os autos serem devolvidos à Promotoria de Justiça de origem para prosseguir o acompanhamento do procedimento de licenciamento Ambiental do Projeto Fazenda Tonelada e de sua execução. DETERMINOU, ainda, a extração de cópia dos autos para fins de remessa ao MPF.

1.2.8. Processo nº 000152-940/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará, Associação dos Moradores da Folha 25

Requerido(s): Superintendência de Desenvolvimento Urbano - SDU

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar supostas irregularidades no processo de regularização e transferência de terreno em Marabá.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, nos termos do Enunciado 4 do Conselho Superior do MPPA.

1.2.9. Processo nº 000318-151/2019

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Fundação Carlos Gomes - FCG

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Convênio nº 240/2010, celebrado entre a Fundação Carlos Gomes (FCG) e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto do Conselheiro Relator, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme artigo 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e Enunciado 3 do CSMP.

Itens 1.2.1 a 1.2.9 votaram os seguintes Membros: Cesar Bechara Nader Mattar Junior, Presidente do Conselho Superior; Manoel Santino Nascimento Junior, Corregedor-Geral do Ministério Público e os Conselheiros: Waldir Macieira da Costa Filho, Marcos Antônio Ferreira das Neves (relator), Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo, Francisco Barbosa de Oliveira e Nelson Pereira Medrado.

1.3. Processos de Relatoria da Conselheira MARIA DO SOCORRO MARTINS CARVALHO MENDO:

1.3.1. Processo nº 000059-151/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará, AAPBelém

Requerido(s): Fundação de Telecomunicações do Pará - FUNTELPA

Origem: 3º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas pela FUNTELPA - TV Cultura, quanto à abusividade dos valores cobrados para a disponibilização de arquivos de seu acervo, em descompasso com a prática adotada de fornecimento gratuito de imagens de interesse público.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ c/c art. 10 da Resolução n.º 23/2007-CNMP, bem como em atenção ao Enunciado 03-CSMP.

1.3.2. Processo nº 000720-040/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Bar da Vânia (Número 01), Bar da Palmeiras (Número 03), Bar da Flamengo (Número 02)

Origem: 6º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar suposta prática de poluição sonora ocasionado pelos permissionários Bar da Vânia, Bar das Palmeiras e Bar do Flamengo, todos localizados na Praça do Estrela, no município de Castanhal (PA).

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e no art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção à Súmula 001/2011-CSMP.

1.3.3. Processo nº 000296-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): UMS Cotijuba, Alessandra Gemaque de Queiroz

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis atos de improbidade administrativa cometidos pelos servidores Eduardo dos Santos Paraense, Assistente Administrativo da SESMA e Alessandra Gemaque de Queiroz, Assessora Superior, lotados na UMS da Ilha de Cotijuba.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e no art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03-CSMP.

1.3.4. Processo nº 001482-147/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Em apuração

Origem: 2º PJ de São Félix do Xingu

Assunto: Apurar suposta prática de ato de improbidade administrativa decorrente da nomeação de Eldo Ribeiro Gomes para cargo de assessor em órgão do Poder Executivo do Município de São Félix do Xingu/PA.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, com base no art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e no art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03-CSMP.

1.3.5. Processo nº 000635-940/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Bom Jesus do Tocantins - Prefeitura Municipal

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar a ocorrência de ato de improbidade administrativa na realização e execução do Processo Licitatório nº. 007/2014-014-PMBJT, cujo objeto é execução de recuperação do trecho cortado com pontilhão nas vicinais da Água Morta e Gaúcha no município de Bom Jesus do Tocantins.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e art. 10 da Resolução n.º 23/2007-CNMP, em combinação com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e do art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03-CSMP.

1.3.6. Processo nº 047971-003/2020

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Marabá, Secretaria Municipal de Educação de Marabá - SEMED

Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa relativo ao não pagamento da gratificação de 50%, prevista em lei orgânica aos profissionais de educação especial, lotados na Secretaria Municipal de Educação de Marabá.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e art. 10 da Resolução n.º 23/2007-CNMP, em combinação com o art. 8º, inciso VII do Regimento Interno do Conselho Superior e do art. 57 da LCE n.º 057/2006, bem como em atenção ao Enunciado 03-CSMP.

1.3.7. Processo nº 000154-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Administração - SEMAD

Origem: 6º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar a destinação a ser dada ao edifício Maria de Lourdes, localizado na Av. Presidente Vargas, nº 413, de propriedade do município de Belém, o qual está há muitos anos em completo abandono.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da promoção de arquivamento do feito, conforme art. 27 da Resolução n.º 007/2019-CPJ e art. 10 da Resolução n.º 23/2007-CNMP, bem como em atenção ao Enunciado 03-CSMP.

1.3.8. Processo nº 000168-151/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Guido Souza Teixeira, Karine Barbosa Soares e Maura Janete Cavalcante de Almeida

Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possível discriminação na distribuição de merenda escolar,